

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

Brasília, 15 de agosto de 2005.

1. ABERTURA

A 26ª Sessão Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) foi aberta às 14h30min pelo Cmte. Serra que deu boas vindas a todos, apresentando o novo coordenador do GI-GERCO, o Sr. Rudolf de Noronha, Diretor do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial/MMA. A palavra foi passada, então, para o coordenador que, após agradecer à SECIRM pela recepção, deu início à condução dos trabalhos da reunião, que contou com os seguintes presentes:

REPRESENTANTES

Rudolf de Noronha – Ministério do Meio Ambiente

Yeda Barbosa - Ministério das Cidades

Carlos Radicchi – EMA/MB

Eduardo Von Glehn Nobre – SDP/MDIC

Paulo Teixeira de Castro – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Assis Lins de Lacerda – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)

Mauro Figueiredo – ONG/CONAMA

Celso Moraes Peixoto Serra – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)

Paulo Eduardo – Ministério das Relações Exteriores

Felipe M. Suplicy – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)

Rodrigo Ramiro – Ministério do Turismo (MTur)

Jeffersson Martins - Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA)

Marcos Porto – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (MT/ANTAQ)

Edson Viana – Ministério dos Transportes

Jane Mauro - Petrobras

OUTROS PARTICIPANTES

Ademilson Josemar Zamboni – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

João Nicolodi – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ivan Listo – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Márcia Oliveira – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Antônio Eduardo Poleti – Agência Costeira

Marco Antonio Badan – Agência Costeira

Raquel Roland Vila Nova – SPU

Renato Falleiros – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Mara Flora Krahl – Ministério do Turismo

Tânia Brizolla – Ministério do Turismo

Oneida Freire – Consultora Ministério do Turismo

Cristina Elizabeth – Ministério de Minas Energia (MME)

Roberto Ventura dos Santos – Ministério de Minas Energia (MME)

Daniel H.G.S Cabral – IBAMA/DIFAP

Anna M. Scofano – Petrobrás

Ivanilson Maia - – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)

Peter Edwards – Convidado MMA

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1. Adoção da Agenda

A Agenda Provisória para a 26ª Sessão Ordinária do GI-GERCO foi submetida aos membros presentes e considerada aprovada.

2.2. Aprovação da ata da sessão anterior

O Sr. Rudolf de Noronha submeteu a Ata da 25ª Sessão Ordinária do GI-GERCO à apreciação dos respectivos representantes, que foi aprovada por unanimidade.

3. NOTÍCIAS

3.1. Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias Marítimas do Ceará e Potiguar

Foi passada a palavra para o Sr. Zamboni (MMA) que noticiou o lançamento do *Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias do Ceará e Potiguar*. O evento foi realizado na semana do meio ambiente, no mês de junho, em Brasília, com a presença de representantes do IBAMA, da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil), da ANP, do IBP, SEAP e dos OEMAS do Ceará e Rio Grande do Norte.

O mapeamento das Bacias Marítimas de Sergipe-Alagoas e Pernambuco-Paraíba, já foi iniciado. Está previsto, também, o início do mapeamento da Bacia de Santos, com recursos do Fundo Setorial de Petróleo e Gás (CTPETRO/MCT) e possivelmente as Bacias do Sul da Bahia (Mucuri, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Camamu-Almada e Jacuípe), ainda este ano. Posteriormente, foi distribuído um exemplar das publicações *Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias do Ceará e Potiguar* e *Especificações e Normas Técnicas para Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo* aos representantes presentes.

3.2. Plano de Ação Federal no âmbito da CIRM

O representante da SECIRM, Cmte. Serra, informou que, conforme os encaminhamentos da 25ª Sessão do GI-GERCO, o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF) foi submetido à aprovação na última reunião (158ª Sessão Ordinária) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), realizada em 27/04/2005. O prazo para análise e apresentação de considerações sobre o documento, como condição para sua aprovação, se encerrou no último dia 20 de maio. As contribuições recebidas no período foram sintetizadas, pela coordenação do grupo (MMA), na Nota Técnica (Anexo I). Destacou, entretanto, a solicitação do Ministério de Minas e Energia, por meio do ofício nº 207/MME/SPG, que apresentou pontos a serem revistos no PAF, sugerindo a realização de uma sessão extraordinária para tratar as dúvidas apontadas no documento.

O representante da SEAP, Sr. Felipe Suplicy, chamou a atenção para os itens cronograma e previsão orçamentária no PPA para execução do Plano, que não estavam detalhados no documento. A técnica do MMA, Sra. Márcia Oliveira, esclareceu que devido

não se ter cumprido o prazo estabelecido pelo Grupo para encaminhar as informações pertinentes aos temas, que se encerrou em março¹, foi consultado e deliberado pelo Grupo de sistematização², que esses temas seriam tratados junto com o detalhamento dos projetos do PAF nos comitês de articulação, não comprometendo, desta forma, a apresentação do documento na reunião da CIRM.

O representante do MME, Sr. Roberto, comentou a importância do ingresso desse Ministério no GI-GERCO, reconhecendo o PAF como instrumento importante para integração de políticas de interesse do setor na Zona Costeira. Informou que, junto ao ofício nº 207/2005, foi encaminhado o parecer técnico com a análise do PAF, apresentando sugestões e recomendações daquela Instituição ao documento. Justificou a convocação de uma reunião extraordinária do GI-GERCO para analisar as contribuições enviadas, tendo em vista que o MME não participou do processo de discussão e elaboração do documento e só agora puderam se manifestar.

O Sr. Rudolf (MMA) ponderou que, após 36 reuniões para sua elaboração, o documento já havia sido aprovado no Grupo, estando em análise na instância da CIRM, e, portanto, a proposta do MME deveria ser levada para aquele fórum, que daria os encaminhamentos pertinentes, respeitando, desta forma, as competências dos colegiados em questão.

Os representantes do MRE, Sr. Paulo Eduardo, e do IBAMA, Sr. Paulo de Castro, corroboraram com a proposta do MMA, propondo que já fosse definida a data da próxima reunião do GI-GERCO para tratar das propostas de revisão sugeridas pelo MME.

Após as considerações dos demais representantes, o Sr. Rudolf submeteu à decisão do Grupo as duas propostas apresentadas, desta forma, ficou aprovado que a solicitação do MME fosse encaminhada pela CIRM ao GI-GERCO, sendo que o MME enviaria o documento com as suas considerações à Coordenação, para que, junto com as demais contribuições recebidas, sistematizasse uma versão a ser enviada com antecedência para os membros do Grupo, para avaliação e aprovação da versão final na próxima reunião do GI-GERCO. O Sr. Rudolf ressaltou que nesta reunião constaria na pauta apenas a aprovação da versão final do documento a ser apresentada na última sessão da CIRM neste exercício.

¹ Conforme deliberado na 25ª reunião do GI-GERCO.

² Membros do grupo de sistematização: MMA, IBAMA, SEAP, EMA e SPU.

3.3. Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho – SIGERCOM

Em seguida, foi chamado o consultor do MMA, Sr. Ivan Listo, para apresentar o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho – SIGERCOM, que vem sendo desenvolvido pelo MMA, que tem por finalidade integrar as bases de dados existentes nas coordenações estaduais de gerenciamento costeiro, constituindo uma rede de sistemas capazes de manter uma base nacional coerente e constantemente atualizada a partir dos órgãos estaduais, permitindo simultaneidade de processamentos *on line* e capacidade para armazenar e realizar consultas de forma simples e ágil, tratando as informações sobre dados convencionais e/ou dados georreferenciados, como produtos disponíveis nos meios informatizados utilizando *webservices*. A ferramenta fundamental para a disponibilização dos produtos gerados será a página de divulgação dos assuntos tratados pelo GERCOM, a partir do Portal do MMA na internet, que apoiará a complementação do desenvolvimento do sistema junto aos estados.

3.4. Resultados do Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO

Foi convidado o Sr. Antônio Poleti, da Agência Costeira, para apresentar os resultados do ENCOGERCO. O evento reuniu pesquisadores, técnicos de agências governamentais e membros de ONG's para avaliar e debater políticas públicas, planos, projetos e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável no litoral brasileiro. O tema central do II ENCOGERCO, realizado em novembro de 2004, em Salvador, foi a “Política Nacional do Gerenciamento Costeiro”, organizado pela Agência Costeira. Durante o evento, foram formados oito grupo de trabalhos, intermediados por especialistas que relacionaram as principais demandas geradas nas discussões em grupo e nas plenárias, organizadas na forma de moções sobre os temas: Ordenamento na Zona Costeira e o ZEE; Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas no Brasil; Planos de ação, gestão e controle na Zona Costeira; Formação e capacitação de recursos humanos em gestão ambiental costeira e marinha; Gestão Ambiental Portuária; Gestão da Orla Marítima; Gestão Costeira x Recursos Hídricos e Monitoramento Costeiro. Destacou a moção relativa à aproximação e participação e da sociedade civil no GI-GERCO.

O representante da ABEMA, Sr. Assis, solicitou cópia das moções para ser discutida naquela Instituição.

4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

4.1. Revisão da Portaria da CIRM nº 167/MB e ingresso do Ministério de Minas e Energia (MME) como membro do GI-GERCO.

O Sr. Zamboni submeteu à aprovação do Grupo a proposta de ingresso do MME e a atualização da Portaria da CIRM nº 167/MB, de 25/07/2002, que relaciona as representações no GI-GERCO.

Como parte do processo de revisão da Portaria, a SECIRM deverá encaminhar consulta às instituições representantes do GI-GERCO, solicitando a atualização das informações sobre os seus representantes (titulares e suplentes).

O representante das ONGs, Sr. Mauro Figueiredo, solicitou que fosse colocado em pauta na revisão da Portaria a ampliação da representação da sociedade civil. Entretanto, o representante do Ministério dos Transportes, Sr. Edson Viana, ponderou que a ampliação da representação para a sociedade civil poderia dificultar o trabalho do Grupo, uma vez que a finalidade do GI-GERCO é a de articular as políticas públicas federais incidentes na Zona Costeira, que é uma atribuição inerente às instituições governamentais. Foi deliberado que poderá ser colocado em pauta, oportunamente, a discussão das representações no GI-GERCO.

4.2. Operacionalização dos comitês de articulação previstos no Plano de Ação Federal.

O Sr. Zamboni colocou em pauta a operacionalização dos Comitês de Articulação. Conforme deliberado na 24ª Sessão do GI-GERCO, foram definidos os comitês para cada um dos projetos do PAF. Estes comitês têm como objetivo estruturar e operacionalizar as ações e atividades orçamentárias, incluindo questões técnicas como a disponibilização de recursos humanos e logísticos para a execução dos projetos. Foram definidas ainda na 24ª Sessão as metas prioritárias, responsabilidades de coordenação, arranjo institucional e abrangência geográfica para cada projeto.

A representante do MME, Sra. Cristina, comentou que este é um dos pontos solicitado pelo MME para revisão, solicitando o ingresso do MME nos comitês de articulação de *monitoramento ambiental e ordenamento ambiental territorial*.

O Sr. Mauro (ONGs) requereu a participação das ONGs em todos os comitês de articulação.

O Sr. Zamboni (MMA) relata a necessidade de se implementar os comitês devidos às demandas do CONAMA para a questão do RQA-ZC, que deverá ser tratado no projeto controle e monitoramento. Destacou, também, o tema da integração da gestão costeira e dos recursos hídricos, com a discussão em pauta no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além dos esforços empreendidos para execução do Plano Nacional de Capacitação Ambiental Portuária/PNCAP, que tem recursos garantidos com prazos determinados.

Ficou definido que cada coordenador do grupo convoque reunião para trabalhar a estratégia de operacionalização do comitê, detalhando as metas prioritárias do projeto, com cronograma físico e previsão orçamentária. Também deverão ser nomeados os coordenadores e os membros que participarão dos subgrupos.

A agenda de trabalho dos comitês deverá ser encaminhada pelos coordenadores de cada grupo ao MMA até o dia 26 de setembro, para que seja consolidada a versão final da agenda de trabalho do PAF.

4.3. Informes complementares

O Sr. Felipe (SEAP) informou sobre as ações que aquela Instituição vem desenvolvendo, citando a reunião com o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL), em Itajaí, para discutir sobre o termo de ajuste de conduta com os maricultores daquela região, que foi prorrogado por mais dois anos, enquanto se implementa os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PDLM), lembrando que esta é uma ação que pode ser integrada às ações previstas para o Projeto Orla no PAF. Também destacou a revisão da portaria nº 09/2003 e a disponibilização do sistema de informação de aquíicultura no *site* da SEAP, além da instrução normativa sobre dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura que se encontra em trâmite para ser publicada.

O Sr. Zamboni apresentou o informe sobre o I Encontro Nacional Temático de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira, realizado em Itajaí/SC, que teve por objetivo ampliar a discussão dos aspectos legais, institucionais e dos instrumentos técnicos

emanados da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433 de 1997) e da Lei nº 7.661 de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, visando identificar cenários para sua implementação integrada. Desta forma, as principais recomendações do encontro serão encaminhadas à Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira/CNRH.

5. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Próxima reunião: 4 de outubro, às 14h30.